



ACÓRDÃO Nº897/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11271/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundação de Vigilância em Saúde do Estado do Amazonas – FVS/AM.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Bernardino Cláudio de Albuquerque (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3.081/2020, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundação de Vigilância em Saúde do Estado do Amazonas – FVS/AM. Exercício de 2016.

*Irregularidade. Multa. Recomendação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas da Fundação de Vigilância em Saúde - FVS/AM, referente ao exercício de 2016, sob responsabilidade do **Sr. Bernardino Cláudio de Albuquerque**, Diretor Presidente da FVS/AM e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96, em razão das falhas citadas no Relatório/Voto.

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Bernardino Cláudio de Albuquerque**, Diretor Presidente da FVS/AM e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos casos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, conforme os termos do art. 54, VI, da Lei nº 2.423/96, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução n.º 04/2018-TCE/AM, pelas impropriedades constantes nos itens 4.1 “a”, 4.2 “b”, 4.2 “c”, 4.2 “d”, 4.3 “b”, 4.3 “c”, 4.3 “d”, 4.4 “b”, 4.4 “c”, 4.4 “d”, 4.5 “b”, 7.2, 7.3 e 7.4, da fundamentação do Relatório/Voto, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº897/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Recomendar à Fundação de Vigilância em Saúde do Estado do Amazonas - FVS/AM que:

10.3.1. Implemente um sistema de Controle Interno, no âmbito daquela Unidade Gestora, tendo em vista a importância de tal sistema na avaliação contínua da gestão financeira, orçamentária e patrimonial, evitando erros, desvios e fraudes ao longo da administração; (item 5, da fundamentação do Relatório/Voto)

10.3.2. Adote as medidas devidas para adimplir as obrigações estaduais já firmes sob pena de seu titular responder pelos encargos acrescidos ao débito enquanto pendente. (item 7.1, da fundamentação do Relatório/Voto)

10.4. Determinar à próxima Comissão de Inspeção que verifique se todas as pendências foram devidamente sanadas, concernentes aos itens 6 e 7.1, da fundamentação do Relatório/Voto.

11- Ata: 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 9 de Setembro de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora-Geral, em substituição.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

EVELYN FREIRE DE CARVALHO
Procuradora-Geral, em substituição